

Brasília, 15 de dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Advocacia-Geral da União vem-se estruturando gradualmente desde 1993. Este processo tem-se desenvolvido de forma lenta, incompatível com as necessidades da União, dada a escassez de recursos materiais e humanos.

2. Preciso, mais uma vez, destacar para Vossa Excelência, dentro do quadro da supracitada escassez, quatro problemas fundamentais que urge sejam resolvidos para que possa ser atingido o objetivo de plena estruturação desta Casa:

a) *reconhecimento do valor do trabalho de nossos profissionais jurídicos - advogados da União e Procuradores Federais -, que implica, no que tange a subsídios, tratamento isonômico dos membros da AGU em relação ao que é dado a integrantes das carreiras jurídicas do Ministério Público e do Poder Judiciário;*

b) *aprovação de estrutura organizacional;*

c) *aprovação do Plano de Carreira dos servidores administrativos e respectivo quadro de pessoal;*

d) *alocação, pela SOF, de orçamento compatível com a importância da AGU.*

3. Passo a comentar cada um dos problemas supracitados.

4. ***Reconhecimento do valor do trabalho de nossos profissionais jurídicos: subsídios***

4.1 Apesar da expressa determinação de Vossa Excelência, não foi possível, em 2006, que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão implementasse, tal como previamente acertado comigo, a isonomia entre membros da AGU, do MP e do Poder Judiciário. Isso põe em risco a qualidade da representação judicial e extrajudicial da União, responsabilidade da AGU: em primeiro lugar, pela carga psicológica negativa sentida por Advogados da União e Procuradores Federais, ante o fato evidente de serem os profissionais que tipicamente defendem a União menos valorizados, por esta, do que aqueles que podem propor ações contra ela; em segundo lugar, pela motivação que nossos profissionais jurídicos sentem para ingressar nos quadros do Ministério Público, do Poder Judiciário e até mesmo de ministérios públicos estaduais, o que gera indesejável perda de talentos para a AGU.

4.2 É certo, foi um grande avanço a aprovação dos subsídios para Advogados da União e Procuradores Federais. Porém, é inaceitável a diferença de tratamento percentualmente retratada no quadro da página seguinte.

#### COMPARATIVO DE SALÁRIOS AGU x MP

AGU	MP
	+ (%)
<b>Segunda Classe</b>	48
Primeira Classe	52
Classe Especial	54

4.3. O Anexo I contém cópias de uma Exposição de Motivos e de dois Avisos Ministeriais sobre este assunto.

#### 5. *Aprovação de estrutura organizacional*

5.1 Tramita desde 2003, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, processo destinado a dotar a AGU de uma estrutura organizacional. A falta desta estrutura, associada à falta de funções comissionadas dela decorrente, faz com que a AGU não possa organizar devidamente seus aparatos jurídico e administrativo. Tão grave é a situação que os titulares das Procuradorias Regionais Federais não têm função e, em toda a Procuradoria Geral Federal, órgão central de um sistema que conta com quase quatro mil procuradores, há apenas cinco funções, incluindo a de Procurador-Geral Federal.

5.2 No Anexo II constam duas Exposições de Motivos e sete Avisos Ministeriais sobre este assunto.

#### 6. *Aprovação do Plano de Carreira dos servidores administrativos e respectivo quadro de pessoal*

6.1 Apesar de seus treze anos de existência, a AGU não conta, ainda, com um quadro de pessoal próprio à altura do que exige a missão do órgão. A maioria dos servidores desta Casa é cedida por outros órgãos da Administração Pública, o que torna instável a situação de nossa força de trabalho. Este quadro é agravado, ainda, pelo fato de que o Ministério Público e o TCU estão questionando essa situação.

6.2 Para atender de forma definitiva a demanda da AGU por pessoal administrativo, a solução é a aprovação do Plano de Carreira Técnico-Administrativa, cuja implantação Vossa Excelência já autorizou. Infelizmente, decorridos mais de três anos da data de encaminhamento do pertinente processo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não há solução para o problema, os servidores administrativos continuam sem um Plano de Carreira.

6.3 O Anexo III contém cópias de três Exposições de Motivos e dois Avisos Ministeriais sobre este assunto.

7. *Alocação, pela SOF, de orçamento compatível com a importância da AGU*

7.1 A AGU, sistematicamente, tem recebido dotações orçamentárias muito aquém de suas reais necessidades. Isso provocou enorme demanda represada, no que tange a estrutura de suporte ao trabalho jurídico: instalações físicas, transporte, sistemas informatizados, equipamentos de informática etc.

7.2 A situação supracitada tende a se agravar enormemente, porque a Justiça Federal está em processo de franca expansão, havendo, inclusive, previsão de criação de mais quatrocentas varas nos próximos três anos. Esta expansão pressiona a AGU, que tem de aumentar sua presença no território nacional para continuar representando judicialmente a União e autoridades (o próprio Presidente da República e ministros de Estado, por exemplo), com a devida qualidade.

7.3 Também a crescente informatização do Poder Judiciário exerce forte pressão sobre a demanda de recursos da AGU, que se vê forçada a acompanhar a evolução tecnológica daquele Poder.

7.4 Estudos técnicos apontam a necessidade, para 2007, de um orçamento de duzentos de vinte e sete milhões de reais: a SOF determinou um limite de cento e trinta milhões para a AGU, apenas, em 2007, o que por si só dá uma idéia do descompasso entre recursos alocados e necessários para a manutenção desta Casa.

7.5 O Anexo IV contém cópias de cinco avisos sobre este assunto.

8. Considerando que a ocorrência dos problemas acima destacados comprometeu e frustrou os objetivos do Governo no presente mandato de Vossa Excelência, e que isso pode repetir-se e agravar-se em seu futuro mandato, solicito que seja determinada aos ministérios competentes a urgente e necessária atenção aos temas e questões agora reiterados.

Respeitosamente,

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**  
Advogado-Geral da União